



30 de Agosto

Janeiro de 2014

Jornal da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do PR | www.appsindicato.org.br



Se o **governo**
não cumpre a Lei,
nós vamos cumprir!

EDITORIAL

O governo do Paraná terminou o ano de 2013 de forma melancólica. Compromissos assumidos com diversos setores da sociedade foram desrespeitados. As finanças do estado entraram em grande desequilíbrio. Só na educação o governo deve para professores(as) e funcionários(as) aproximadamente 100 milhões de reais. E se não bastasse, para driblar a crise o governo resolveu assumir as velhas receitas econômicas dos governos neoliberais. Ou seja, redução de oferta de serviços públicos com as terceirizações e privatizações. Se não fosse a resistência do movimento social organizado, no final do ano passado, o governo teria privatizado a gestão da saúde pública do Paraná.

Na educação o quadro é preocupante. Avançam as tentativas de redução da oferta da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional. Áreas estas de muito interes-

se da iniciativa privada de nosso estado.

2014 será um ano de grandes lutas para os(as) trabalhadores(as) em educação. Tere-mos muitos desafios pela frente. A garantia dos 33% de hora-atividade, o pagamento dos avanços em atraso para professores(as) e funcionários(as), o novo modelo de saúde, a realização de novos concursos públicos para funcionários(as) e professores(as), nova oferta do cargo de 40 horas, a implantação do reajuste do piso, o respeito à data-base, aumento real para os(as) funcionários(as), adequações nas carreiras, avanços no contrato PSS, enquadramento de todos os aposentados(as) no Nível II da Carreira, garantia da oferta pública da EJA e da Educação profissional, respeito aos direitos dos(as) educadores(as) da educação especial, entre outros.

Em nível nacional, toda a atenção ao Plano Nacional de Educação em tramitação no

Congresso Nacional, ao debate sobre a forma de reajuste do PESP e à realização da Conferência Nacional de Educação.

Por isto, a direção da APP-Sindicato elaborou vários materiais para que na semana pedagógica professores(as) e funcionários(as) façam o debate sobre nossa ação coletiva enquanto categoria. Para tanto, sugerimos que cada escola reserve um momento durante a semana pedagógica para debater estes materiais, em especial nossa Edição Pedagógica e o Jornal especial 30 de Agosto. Além destes, foi elaborado um material específico para os funcionários(as) de escolas.

A direção da APP deseja a todos e todas um ano de 2014 especial repleto de lutas e conquistas. Vamos juntos!

Bom debate!

Direção estadual da APP-Sindicato

15 de março: Assembleia Estadual em Curitiba

Trabalhadores e trabalhadoras da educação, filiados(as) à APP-Sindicato, estão convocados a participar da primeira Assembleia Estadual de 2014 que se realizará no dia 15 de março em Curitiba.

Governo deve mais de 100 milhões em promoções e progressões em atraso

Não honrar os compromissos assumidos está virando marca do governo Beto Richa. Alegando dificuldades financeiras o governo tem adiado o pagamento de direitos de nossa categoria, como avanços de carreiras, bolsas e nomeação de aprovados em concurso.

As progressões de professores (as) referente ao mês de outubro de 2013 até agora não foram implantadas. Promoções e progressões

em atraso, parte delas há mais de um ano, para professores(as) e funcionários (as) continuam sem pagamento. As bolsas dos professores PDE continuam em atraso. Pressionado pelo sindicato, o governo se comprometeu, no final do ano passado, a apresentar uma proposta de pagamento dos atrasados no mês de janeiro. A mobilização será decisiva para que isso aconteça.

Novos Concursos Públicos para funcionários(as) e professores(as)!

Em 2013, a realização do concurso público de professor(a) para o Quadro Próprio do Magistério (QPM) do Paraná foi uma importante conquista, pois garante aos trabalhadores e trabalhadoras da educação condições mais dignas de trabalho. Entretanto problemas de organização e conteúdos das provas trouxeram descontentamento e mais reivindicações por parte da categoria. A APP desde o início defendeu que o concurso fosse realizado por uma instituição pública com experiência na área. O governo preferiu contratar uma instituição privada, e o resultado foi visível. O concurso esteve muito próximo de ser anulado na

justiça. A APP se posicionou e manteve toda a estrutura jurídica do Sindicato à disposição dos candidatos e candidatas que se sentiram prejudicados (as) e manteve-se em alerta, acompanhando cada processo.

Funcionários – Os dois últimos concursos realizados para os(as) funcionários(as) de escolas ocorreram nos anos de 2005 e 2006. Ainda é grande o número de funcionários contratados de forma precária (aproximadamente 9 mil). É fundamental que em 2014 o governo publique edital de convocação de concursos tanto para o Agente Educacional I, como para o Agente Educacional II. A luta será grande!

Até agora novo modelo de saúde só ficou na promessa!

O governo Beto Richa entra em seu último ano, e o compromisso assumido em campanha com a categoria de criação de um novo modelo de saúde não saiu do papel. Para complicar a situação, hospitais credenciados reclamam os atrasos constantes de pagamentos. Em 2014, a saúde será novamente uma das prioridades de atuação da APP-Sindicato e dos sindicatos integrantes do Fórum de entidades Sindicais dos servidores públicos.

“Não houve plano, o que temos é SAS”. Esta frase, foi ouvida pelos representantes do Fórum das Entidades Sindicais (FES) durante uma das últimas reuniões de negociação dos servidores e servidoras estaduais com a Secretaria de Estado da Administração e Previdência (Seap). O tom da fala resume, de maneira drástica, o descaso do governo com o funcionalismo público estadual do Paraná.

Pressionada, a secretária Dinorah Nogara assumiu o compromisso de constituir em janeiro deste ano, uma nova equipe para analisar os estudos e propostas de um novo modelo. Por outro lado, a APP tem cobrado a interferência do vice-governador para que o governo apresente, de fato, uma proposta, como o próprio Flávio Arns havia anunciado à imprensa e aos sindicatos.

Reajuste real, remoção e novos concursos públicos são reivindicações centrais em 2014

No ano que passou, funcionários(as) e professores(as) se mobilizaram em torno do sindicato para garantir melhorias nas condições de trabalho dos funcionários(as) da educação. A luta coletiva valeu o esforço. Em uma breve retrospectiva, já em maio, houve a aprovação da Lei Estadual 156/2013 que alterou o plano de carreira dos funcionários(as). Os(as) agentes educacionais do Paraná tiveram o tão reivindicado reconhecimento dos cursos de graduação e pós-graduação incorporados na carreira. A progressão passou a ser de três classes ao invés de duas. Em outubro, os(as) agentes tiveram um aumento salarial de 3,8% retroativo ao mês de agosto. Outra conquista importante, que beneficiou funcionários(as) temporários, foi a aprovação da lei que instituiu o auxílio-transporte para todo funcionário público que recebe até



três salários mínimos, substituindo assim o vale-transporte. E para terminar o ano, a ação da APP-Sindicato foi decisiva para a garantia do recesso de final de ano.

Em 2014, será preciso avançar mais! A APP defende a criação de concursos públicos para Agente Educacional I e Agente Educacional II, e que o direito à remoção agora presente no plano de carreira seja implementado.

A APP buscará a profissionalização e atuará na criação do primeiro curso de formação superior específica para agentes educacionais, já em andamento, a ser ofertado em parceria com Instituto Federal do Paraná (IFPR). Além disto, segue a luta para que todos os(as) funcionários(as) participem do programa de formação continuada, o Profuncionário.

Em nível nacional, 2014 será ainda um ano em que a entidade buscará a regulamentação do Piso Salarial Profissional para todos os profissionais da educação, incluindo os(as) funcionários(as), além da aprovação de uma lei que crie as diretrizes de carreira para professores(as) e funcionários(as). Funcionário(a) de escola, participe e acompanhe o trabalho que está sendo feito para melhorar a sua carreira e o ambiente escolar.

“Hora-atividade pra Valer!”

Com este lema, vamos iniciar o ano letivo de 2014. Na última assembleia realizada pela APP-Sindicato no final do ano passado, mediante a negativa do governo, a categoria decidiu iniciar o ano com a realização dos 33% de hora-atividade na marra. Assim, em um dia por semana os estudantes serão dispensados uma aula mais cedo para que os(as) professores(as) possam completar os 33% de hora-atividade, conforme determina a Lei do Piso Salarial Profissional do magistério. (Veja o calendário da hora-atividade pra valer abaixo)

No ano passado, após um intenso calendário de mobilização efetuado nos primeiros meses do ano, entre outros avanços, conquistamos o compromisso de o governo de implantar em julho 30%, e no início de 2014, 33% de hora-atividade. Porém, desrespeitando a Lei e a categoria, o governador não cumpriu sua palavra. Se o governo não cumpre a Lei nós vamos cumprir.



Calendário da Hora-atividade para Valer:

11 de fevereiro: terça-feira
19 de fevereiro: quarta-feira

27 de fevereiro: quinta-feira
07 de março: sexta-feira

Assembleia Estadual de avaliação:
15 de março: sábado

Hora-atividade: uma história de luta e conquistas

A luta dos trabalhadores em educação pela hora-atividade vem de longa data, desde a primeira conquista de oferta do RDT, em 1987. Em 1996, a APP lança uma grande campanha deno-

minada “Chega de Trabalho Escravo: Hora-atividade já!” De lá para cá, a categoria vem na luta conquistando e ampliando o percentual de hora-atividade. Nossa meta é atingir os 50%.

Veja alguns momentos da luta pela hora-atividade

1987 – Publicação da Lei do RDT – Regime diferenciado de Trabalho (os professores beneficiados pelo RDT tiveram 20% de hora-atividade)

1996 – Lançamento da Campanha Estadual: “Chega de trabalho escravo! Hora-atividade Já!”

2000 – Conquista de 10% de hora-atividade ao final da greve, com implantação no início de 2001.

2002 – Conquista da lei estadual 13.807/2002 elevando o percentual para 20% .

2003 – Implantação de 20% de hora-atividade, no início do governo Requião;

2008 – Aprovação da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional que estabeleceu 1/3 da jornada para a hora-atividade (33%).

2008 – Governadores de cinco estados entram com pedido de inconstitucionalidade da Lei no Supremo Tribunal Federal (STF).

2011 – Após pressão dos educadores(as), o STF nega o pedido de inconstitucionalidade.

Maio de 2012 – Após um calendário de mobilização, o governo assume o compromisso de implantar os 33,3% no início de 2013.

Dezembro 2012 – O governo recua. Apresenta uma proposta de hora-atividade a partir de hora-relógio e não hora-aula. A categoria rejeita.

Janeiro 2013 – Governo implanta 25% de hora-atividade

Março 2013 – Após pressão, o governo se compromete a implantar 30% em julho e 33% no início de 2014.

Julho de 2013 – Aplicação dos 30% de hora-atividade.

Dezembro 2013 – Governo recua e a categoria decide fazer os 33% na marra.

Conquistas de 2013

- Equiparação Salarial (3,94%);
- Data-base em parcela única (6,49%);
- Implantação do valor do PSPN retroativo a maio (0,6%);
- 30% de hora-atividade em julho;
- Reconhecimento da graduação para o Agente I;
- Reconhecimento da pós – Agente Educacional II;
- Recesso de final de ano para os funcionários(as);
- Avanço de uma classe a mais (3,8%) para funcionários;
- Implantação de avanços atrasados;
- Direito à remoção na carreira;
- PSS – Reconhecimento do ensino superior durante o contrato para os professores (as) acadêmicos.

Desafios 2014

- 33% de hora-atividade;
- Implantação do reajuste do Piso Nacional;
- Data-base;
- Novo modelo de saúde;
- Reajuste real para os(as) funcionários(as);
- Incorporação do Auxílio Transporte;
- Novos concursos para professores(as) e funcionários(as);
- Adequações no plano de carreira dos professores(as);
- Reconhecimento do tempo PSS para avanço;
- Avanços do contrato PSS;
- Enquadramento de todos os aposentados (as) no Nível II da Carreira;
- Garantia da oferta pública da EJA e da educação profissional;
- Respeito aos direitos dos educadores da educação especial e demais modalidades.

Em 2014, sindicalize-se a APP-Sindicato

APP-Sindicato reafirma a importância da sindicalização, recordando que a sustentação da luta desta organização e da capacidade de mobilização se dá através da contribuição sindical voluntária de cada sindicalizado(a) e a união da categoria: funcionários(as), professores(as) e aposentados(as), sindicalizados(as) presentes em todos os municípios do Paraná.

Hoje a APP-Sindicato é referência para os movimentos sociais e entidades sindicais. Reconhecida por sua contribuição e participação em todas as lutas e mobilizações populares. A APP busca fortalecer um sindicalismo autêntico, classista, democrático, autônomo e independente. Faça parte do maior sindicato do Paraná, que mais conquistas obteve para a categoria nos últimos anos.

Em 2014 estamos inovando nossa forma de sindicalizar. Agora, você poderá sindicalizar-se por telefone, de forma rápida e segura. Sindicalizando-se, você terá inúmeros benefícios, além de fortalecer sua categoria nas lutas e conquistas. Segue abaixo alguns dos diversos benefícios que você terá ao fazer parte da APP-SINDICATO:

- Fortalecimento das lutas pela melhoria de sua profissão e carreira;
- Assistência jurídica trabalhista;
- Colônias de férias em Guaratuba e Itapoá/SC;
- Casa de hospedagem em diversos núcleos sindicais: Curitiba, Londrina, Ponta Grossa, Maringá, Pato Branco, entre outros.
- Curso de formação com certificação, os quais irão te ajudar a avançar em sua carreira.
- 29 núcleos sindicais: tem sempre uma APP-Sindicato perto de você!



Informações: (41) 3026-9822

PNE: perspectivas e desafios

Após passar pelo senado, o Plano Nacional de Educação sofreu alterações que prejudicam a educação pública

Já se passaram três anos de debates acerca do Plano Nacional de Educação (PNE) e há previsões de que neste ano, 2014, seja de fato aprovado. Entretanto, com as muitas alterações propostas pelo Senado, dispositivos que garantiam mais recursos à educação pública foram abrandados, gerando certo descontentamento da categoria e abrindo brechas para que o privado conte como público.

O PNE tramita como uma lei ordinária para vigorar nos dez anos seguintes à sua promulgação. Apresenta 10 diretrizes objetivas, 21 metas, seguidas das estratégias específicas de concretização. O texto prevê formas de a sociedade monitorar e cobrar cada uma das conquistas previstas. Tanto as metas quanto as estratégias propõem iniciativas para todos os níveis, modalidades e etapas educacionais. Também possui estratégias específicas para inclusão de minorias.

Entre os pontos mais polêmicos estão as metas 11, 12 e 20. As metas 11 e 12 tratam da expansão de vagas na educação

profissional técnica e no ensino superior. O Senado retirou do texto expressões que garantiriam que parte da ampliação das vagas e matrículas ficasse no segmento público, permitindo vagas criadas a partir de programas em parcerias com instituições privadas sejam consideradas, e tirou do texto

os 40% de novas matrículas em instituições públicas. Na meta 20, com a retirada do termo “público”, abre-se uma brecha para que o Estado contabilize, nos 10% do PIB ao final do decênio, verbas que incluem parcerias com instituições privadas.

Além dessas polêmicas, surge o temor do texto estar vago, deixando margens para que os objetivos não sejam de fato concretizados, por conta da supressão de dispositivos que estabele-

ciam responsabilidades, caso as metas não fossem atingidas e no modo do monitoramento e avaliação dos avanços. Agora toda a pressão na Câmara Federal para que os anseios dos trabalhadores em educação estejam no novo Plano Nacional da Educação.



Piso Nacional: 2014 será de mobilização

Pela revisão do reajuste do piso divulgado pelo MEC, de 8,32% e pela valorização profissional

O novo valor de custo aluno do Fundeb, para 2014, conforme publicado na Portaria Interministerial nº 19, de 27/12/13, referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, será de R\$2.285,27. O novo custo aluno foi reajustado em 13% em relação à Portaria Interministerial nº 16, de 17/12/13, que rebaixou o per capita do Fundeb de 2013 para o valor de R\$ 2.022,51.

Até o momento é válido para a atualização do piso do magistério, neste ano, de acordo com o critério definido pela Advocacia Geral da União, o percentual de 8,32%, o qual é extraído da diferença entre os valores estimados de custo aluno de 2012 (R\$ 1.867,16) e 2013 (R\$ 2.022,51). Desta forma, o piso passou a valer R\$ 1.697,37 em 1º de janeiro de 2014.

Em audiência com o Ministro da Educação, no dia 08 de janeiro, a CNTE contestou o rebaixamento do custo aluno que incide para a correção do piso oficial do MEC, anunciado pela Portaria Interministerial nº 16, de 17/12/13, uma vez que recursos já depositados nas contas do Fundeb, de estados e municí-

pios, dão conta de um percentual maior (entre 11 e 13%, sem considerar o ajuste de contas que será feito em abril desse ano).

Em resposta ao questionamento da CNTE, o Ministro Aloizio Mercadante comprometeu-se em solicitar da Secretaria do Tesouro Nacional, órgão responsável pelas estimativas do Fundeb, esclarecimentos urgentes sobre a referida Portaria.

A CNTE, em seu 32º Congresso Nacional, realizado entre os dias 16 e 19 de janeiro, em Brasília, que contou com a participação da APP-Sindicato, teve como um dos temas centrais a aprovação de um calendário de mobilização pela valorização efetiva do piso nacional do magistério, com a definição de realização da greve nacional de todos os trabalhadores e trabalhadoras em educação. O calendário de mobilização prevê também manifestação em Brasília, em frente ao Congresso Nacional e ao Ministério da Educação.

Com informações da CNTE

CAMPANHA ESTADUAL PARA ELEIÇÃO DA COMISSÃO SINDICAL ESCOLAR (DE REPRESENTANTES DE ESCOLAS/2014)

A organização sindical nos locais de trabalho é histórica, remonta ao surgimento dos sindicatos no confronto com a organização do modo capitalista de produção. A APP-Sindicato realiza todos os anos a Campanha de Eleição dos/as Representantes de Escola, com início na Semana Pedagógica.

O que é um/a representante de escola?

É o/a trabalhador/a, eleito/a pelos/as colegas, para representá-los/as junto à APP-Sindicato, atuando como ponte entre o Sindicato e a Escola. Vale destacar que em cada turno é eleito/a um/a representante tanto de Funcionários/as quanto de Professores/as.

E a Comissão Sindical Escolar?

Os/As Representantes eleitos/os formarão a Comissão Sindical Escolar, órgão legítimo de representação da APP-Sindicato no local de trabalho, conforme definido no Estatuto da APP-Sindicato, reformulado em 2012.

E os Conselhos Regionais?

Os/As Representantes Sindicais por Local de Trabalho integram os Conselhos Regionais do Sindicato, instância sindical com as atribuições de propor, acompanhar e avaliar campanhas reivindicatórias, apreciar e avaliar as decisões políticas e administrativas da Diretoria Regional, avaliar o Plano Anual de Aplicação Orçamentária.

Uma Escola com uma representação qualificada é a garantia da organização e da participação efetiva da categoria nas ações do Sindicato, reafirmando o entendimento de que a Escola é um território de lutas da Educação.

Quem pode ser candidato/a?

Todos/as os/as trabalhadores/as em educação da escola sindicalizados/as à APP-Sindicato podem candidatar-se.

Quem está apto/a a votar?

Podem e devem votar todos/os os/as trabalhadores/as em educação que atuam na Escola em questão.

O que faz um/a representante de escola?

Além de atuar como ponte entre o Sindicato e os/as Trabalhadores/as em Educação de sua Escola, o/a representante deve participar de reuniões, partilhar informações, contribuir para que a Escola seja um espaço de formação político-pedagógica e sindical e também organizar a categoria.



É ele/a o/a responsável por criar oportunidades para a categoria discutir as questões sindicais e educacionais em reuniões e debates. O/A representante terá o papel fundamental de levar as demandas e sugestões das Escolas até o Sindicato. Também fará o caminho inverso, levando às Escolas materiais e informações necessárias à organização da categoria.

Passo a passo para eleger a representação da Escola

1. Eleger a Representação Sindical em reunião entre os pares da Escola, preferencialmente durante a Semana Pedagógica (3 a 7 de fevereiro/14).
2. Eleger representantes de Funcionários/as e de Professores/as (titulares e suplentes) em todos os turnos.
3. Preencher a ata padrão, à disposição nas escolas e no site da APP-Sindicato, informando nome e contato dos/as eleitos/as e, no verso pedir a assinatura de quem participou da reunião.
4. Após a eleição, a Comissão Sindical Escolar deve debater com a Direção da Escola e Equipe Pedagógica as funções dos/as representantes, a livre organização da categoria e a participação no Conselho Regional do Sindicato.
5. Contatar o Núcleo Sindical de sua região e entregar a ata padrão devidamente preenchida e inteirar-se do calendário de atividades do Sindicato, em especial do Conselho Regional que, conforme calendário de mobilização aprovado, deve se reunir entre os dias 22 de fevereiro e 13 de março/14.

**Garanta a representatividade de sua Escola.
A APP-Sindicato somos Nós!**

EXPEDIENTE



APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Filial à CUT e à CNTE - Av. Iguazu, 880 - Rebouças - Curitiba - Paraná - CEP 80.230-020 - Fone (41) 3026-9822
Fax (41) 3222-5261 - Site: www.appindicato.org.br • **Presidenta:** Marlei Fernandes de Carvalho • **Secretário de Imprensa e Divulgação:** Luiz Carlos Paixão da Rocha • **Jornalistas:** Adir Nasser Junior (3819-PR), Francielli Camilo (9561-PR), Uanilla Piveta (8071-PR) e Valnísia Mangueira (893-SE) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rodrigo Augusto Romani (7756-PR) • **Revisão:** Carlos Barbosa • **Impressão:** WL Impressões • **Tiragem:** 30 mil exemplares.

Gestão APP-Sindicato: na Luta em Defesa da Escola Pública (2011-2014)

• Marlei Fernandes de Carvalho - Presidente • Silvana Prestes de Araújo - Secretária Geral • Isabel Catarina Zöllner - Secretária de Política Sindical • Walkíria Olegário Mazeto - Secretária Educacional • José Valdivino de Moraes - Secretária de Funcionários • Miguel Angel Alvarenga Baez - Secretária de Finanças • Clotilde Santos Vasconcelos - Sec. Adm. e Patrimônio • Edilson Aparecido de Paula - Secretária de Municipais • Luiz Carlos Paixão da Rocha - Sec. Imprensa e Divulgação • Mario Sérgio Ferreira de Souza - Secretária de Assuntos Jurídicos • Tomiko Kiyoku Falleiros - Secretária de Aposentados • Luiz Felipe Nunes de Alves - Secretária de Políticas Sociais • Hermes Silva Leão - Secretária de Organização • Janeslei Albuquerque - Sec. de Formação Política Sindical • Mariah Seni Vasconcelos Silva - Secretária de Sindicalizados • Elizamara Goulart Araújo - Sec. de Gênero, Relações Étnico-Raciais e dos Direitos LGBT • Idemar Vanderlei Beki - Secretária de Saúde e Previdência.



@appsindicato



App Sindicato



APP SINDICATO